



KLEBER CLEMENTINO

**A desinformação nos escritos sobre o
Brasil Holandês no século XVII**

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

Dossiê: *Fake News* na época moderna

Recife, v. 41, n. 2 (Jul-Dez), 2023, pp. 172-207.

<http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2023.41.2.07>

e-ISSN: 2525-5649



A DESINFORMAÇÃO NOS ESCRITOS SOBRE O BRASIL HOLANDÊS NO SÉCULO XVII

RESUMO: O presente texto tem a finalidade de revelar algumas das maneiras por meio das quais a desinformação foi mobilizada como instrumento construtor e veiculador de representações, no século XVII, por parte daqueles que se dedicaram a escrever narrativas acerca do Brasil Holandês (1624-1654). O trabalho aborda as *fake News* – discutindo a pertinência de aplicar este termo a fenômenos do período moderno – em seu papel estratégico, por parte dos que historiaram o conflito, em busca de ganhos materiais e simbólicos. Identifica o seu emprego em panfletos e livros, postos em circulação no curso do conflito e após o cessar-fogo. Conclui, de modo geral, que o processo de historicização daquela guerra foi permeado por patranhas, pelo esforço de criação de personagens mitificados, de lances revestidos de tintas miraculosas e de outros recursos discursivos que permitissem incrementar o impacto da história contada.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Holandês; Fake News; Escrita da História

MISINFORMATION IN THE WRITINGS ABOUT DUTCH BRAZIL IN THE 17TH CENTURY

ABSTRACT: This text aims to reveal some of the ways in which disinformation was mobilized as an instrument for constructing and conveying representations, in the 17th century, by those who dedicated themselves to writing narratives about the Dutch period in Brazil (1624-1654). The work addresses fake news – discussing the relevance of applying this term to phenomena of the modern period – in its strategic role, on the part of those who chronicled the conflict, in search of material and symbolic gains. It identifies its use in pamphlets and books, put into circulation during the conflict and after the ceasefire. It concludes, in general, that the historicization process of that war was permeated by trickery, by the effort to create mythologized characters, by acts coated with miraculous features and by other discursive resources that allowed to increase the impact of the story told.

KEYWORDS: Dutch Brasil; Fake News; Writing of History

KLEBER CLEMENTINO

A desinformação nos escritos sobre o Brasil Holandês no século XVII

“Entre as calamidades da guerra, deve ser justamente incluída a diminuição do amor pela verdade”.

Samuel Johnson, *The Idler*, 11/nov/1758.

Ao longo do primeiro semestre de 1625, há de ter sido enorme a expectativa pelo desfecho da expedição que zarpara, desde Lisboa e Madri, em novembro anterior, para o fim de restaurar o Brasil das mãos flamengas. A *West-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa, WIC) capturara Salvador em maio de 1624, como parte de sua expansão marítima, no contexto da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), na qual as Províncias Unidas dos Países Baixos batalhavam por sua independência da Espanha, à qual pertenciam desde o casamento de Filipe I de Habsburgo e Joana I de Castela, com a coroação daquele como rei de Castela, em 1506. Paralelamente, Portugal e suas conquistas ultramarinas haviam sido integrados aos domínios dos Habsburgos, à morte sem descendência do rei-cardeal D. Henrique I (1578-1580), gestando a incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica (1580-1640), com a coroa portuguesa passando à cabeça de Filipe II de Castela (1556-1598).

Lusitanos e holandeses, seculares parceiros comerciais, converteram-se em inimigos, o que, em breve, por tabela, faria do Brasil e de Angola alvos das ambições batavas. Donde o ataque flamengo à Bahia, cuja notícia provocara comoção nos centros luso-castelhanos, missas, peditórios, penitências e, finalmente, a mobilização de 12 mil homens e 52 navios para o contra-ataque, tendo à testa o jovem fidalgo D. Fadrique de Toledo Osório, já sob Filipe IV (1621-1665) e seu valido, o conde-duque de Olivares. A fina flor da nobreza luso-castelhana, milhares de soldados e mais um contingente napolitano partiram com

pompa em busca da glória militar ainda fortemente valorizada na cultura política do século XVII¹.

Para os que ficavam, parentes, amigos e autoridades, esperança e medo. E se uma tormenta desbaratasse a frota e afogasse milhares? E se sorrateira esquadra holandesa os assaltasse, manobrando com ventos favoráveis? Ou se, atingindo a Bahia, a WIC os aguardasse reforçada e frustrasse o cerco, também ao custo de incontáveis vidas, ampliando em seguida seu domínio para Pernambuco, para o Rio de Janeiro ou para o rio da Prata? Angustiante. Viagens marítimas naquela quadra – ainda mais de frota tão portentosa, a maior que já singrara o Atlântico, demandando cuidados especiais de abastecimento e navegação – não obedeciam a ritmos precisos: a depender do humor das procelas e calmarias, poderia demorar seis semanas, seis meses, ou, o que estava longe de ser raro, nunca alcançar o destino. As naus de D. Fadrique, após travessia sem maiores sobressaltos, arribariam à Bahia em março, seus homens montariam trabalhoso cerco e, depois de semanas de bombardeios e escaramuças, as forças da WIC se renderiam em 1º de maio de 1625. Esta cronologia, clara agora, estava então inacessível à opinião pública² e mesmo ao governo. Relatórios às autoridades, sempre com atrasos de semanas, davam informes dos andamentos, contudo só nos últimos dias de junho chegariam notícias da rendição flamenga. Até lá, apreensão.

Ora, um ambiente sem informações, mas de intenso anseio delas, torna-se propício à desinformação. Especialmente em matérias de interesse público, a pressão por informes e as questões em jogo amiúde estimulam a manipulação dos fatos, seja por razões comerciais (vender notícias falsas por verdadeiras), seja por razões políticas (forjar ou distorcer fatos, dando-lhes coloração proveitosa). Um e outro motivo terão impulsionado a produção e publicação de *relações de sucessos* – o tipo de panfleto noticioso que ganhava mais e mais espaço no Seiscentos³ – que falsificavam os acontecimentos daquela expedição à Bahia.

Assim, circularam, em importantes centros europeus, folhetos alardeando espetaculares batalhas navais, execuções em massa de prisioneiros e

¹ Stuart B. Schwartz, “The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations and merchant capital before the Portuguese restoration of independence (1624-1640)”, *The American Historical Review*, v. 96, n. 3 (jun, 1991), pp. 735-762.

² A pertinência de se falar de uma “esfera pública no período pré-iluminista” é defendida em Andreas Gestrich, “The Public Sphere and the Habermas debate”, *German History*, v. 24, n. 3 (2006), pp. 413-431.

³ Estudos recentes sobre relações de sucessos em Ana P. Torres Megiani, “Escritos breves para circular: relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII)”, *Varia Historia*, v. 35, n. 68, mai/ago (2019), pp. 535-563. Caroline G. Mendes, “Gazetas, mercúrios e relações de sucesso: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII”, Tese (doutorado em História), FFLCH/USP, 2018; Kleber Clementino, “A Guerra Holandesa nas relações de sucessos seiscentistas”, *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 20, n. 41, mai/ago (2019), pp. 490-514.

vitórias que, à altura das publicações, só poderiam ser inventadas. Tais falsificações constituem uma amostra das várias maneiras pelas quais aqueles que noticiaram e historiaram a Guerra Holandesa (a coroa, a fidalguia, facções espalhadas no ultramar etc.), no curso do século XVII, por meio de panfletos e livros, manuscritos e impressos, lançaram mão de sua posição no processo de conversão do real em texto para, artificialmente, fazer pender a luta discursiva a seu favor.

Impossível mensurar a quantidade dessas relações de sucessos fictícias; se foram numerosas, só diminuta fração delas sobreviveu. Continuavam, como veremos, sendo difundidas na Europa, mesmo depois da chegada a Lisboa e Madri dos relatos testemunhais do Brasil, convivendo relações falsas e fidedignas, pois, inexistindo então órgãos de imprensa e veículos de massa, a propagação das informações não ocorreria de modo homogêneo, em todas as regiões. Enquanto não se fixasse o enredo final e consagrado da expedição, versões conflitantes bem poderão ter coexistido, até que o magma narrativo se consolidasse, o que acaso se pode datar de fins de 1625, quando o jesuíta Bertolameu Guerreiro publica o primeiro livro sobre o conflito, batizando o episódio de “Jornada dos Vassalos”⁴.

O presente escrito tem o propósito de analisar a presença e impacto da manipulação dos eventos e da desinformação nas narrativas seiscentistas da Guerra Holandesa, nos panfletos e livros que a contaram, processo que se iniciou, do lado luso-castelhano, em 1625, e se estenderia até 1698. Trata-se de uma empreitada analítica complicada, pois será necessário propor uma caracterização do que era a desinformação no Seiscentos, quando vigorava outro regime de verdade, aliás em disputa naquela centúria metamórfica⁵. Embora a Jornada dos Vassalos possa ser considerada excepcional, pelos personagens e cifras envolvidas e pela profusão de textos que animou, ela nos indicia como informação e desinformação entrelaçaram-se, na reelaboração narrativa do conflito. À vista dos ganhos econômicos e simbólicos ao alcance, a tentação da falsificação era enorme; muitos não resistiram.

Na esteira das relações de sucessos, depressa o livro ingressaria como suporte para o registro dos eventos bélicos e para a adulteração deles. Perante o desafio de deitar ao papel o entrechoque bélico, atestar e mentir enovelaram-se na construção do enredo histórico daquele conflito que o Seiscentos contaria a si próprio e legaria à posteridade. Enquanto canhões e mosquetes atroaram no Brasil, na África e no Atlântico, e ainda por décadas após o armistício, folhas noticiosas e livros históricos aventaram versões discordantes dos fatos, muitas

⁴ Bertolameu Guerreiro, *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a oito de maio de 1624, & recuperada ao primeiro de maio de 1625*, Lisboa: por Mattheus Pinheiro, 1625.

⁵ Pierre Chaunu, *A civilização da Europa clássica*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993. 2 Vols.

vezes flagrantes deturpações, exagerações interessadas e intervenções providenciais dramáticas. Estudá-las nos educa, porque o afã de falsear revela muito sobre intenções, métodos e anseios do falsário, de seus patronos e dos leitores. Mergulho singular na cultura moderna.

***Fake news* na Guerra Holandesa?**

O foco deste estudo não será desvendar a verdade dos fatos históricos, mas examinar a falsificação intencional deles. Como estudar a mentira em história, disciplina aristotelicamente distinta da fábula e da poesia, desde seus primórdios dedicada ao exame dos acontecimentos no tempo e à luta contra a inverdade e o esquecimento?

Em primeiro lugar, admitindo os limites da empreitada. *Fake news*? Não lidaremos aqui, é claro, com este mesmo problema orwelliano de comunicação enfrentado pelas sociedades atuais, isto é, a corrupção massiva do noticiário político (valendo-se de um simulacro da linguagem e formato do jornalismo), por parte de sujeitos e organizações descompromissadas com o Estado de direito, concreta ameaça à saúde das democracias representativas⁶. Lidaremos com um análogo, uma experiência de outro tempo, em alguma medida comparável, mas cujas diferenças são determinantes: a mobilização da desinformação em panfletos e livros sobre a Guerra Holandesa (1624-1654), como prática intimamente associada à elaboração de narrativas públicas, no século XVII, quando nem existia periodismo, nem, a rigor, “*news*”, nem organizações dedicadas a corrompê-las.

Esta delimitação é fundamental. Relevante não é debater se, nas comunidades humanas, sempre se trapaceou, mas mapear objetivos, meios e impactos da desinformação, no interior de uma conjuntura histórica, como aquela do Seiscentos, em que folhetos avulsos e livros impressos se multiplicavam, em meio a guerras religiosas e expansionismo ultramarino. Seguimos um fio condutor distinto do recentemente sugerido por Robert Darnton. “A elaboração de fatos alternativos não é algo raro”, declarou, “e o equivalente dos curtos e venenosos textos e tuítes de hoje em dia pode ser encontrado na maioria dos períodos históricos”⁷. Equivalente? Eis uma generalização para se ler com a cautela de quem compra um carro usado,

⁶ Wilson da S. Gomes; Tatiana Dourado, “*Fake News*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia”, *Estudos de jornalismo e mídia*, v. 16, n. 2, jul-dez (2019), pp. 33-45. Após proporem definições, dialogarem com a literatura sobre o assunto e examinarem casos da eleição de 2018, os autores concluem que as *fake news* “não são, na verdade, nem sequer um problema de jornalismo, mas de política”.

⁷ Robert Darnton, “The True History of Fake News”, *The New York Review of Books*, Nova Iorque, 13/02/ 2017, Tradução livre.

sobretudo quando o historiador acrescenta, de maneira indiscriminada, que “*fake news* sempre existiram”, taxando figuras como Procópio de Cesareia e Pietro Aretino de notórios propagadores delas⁸.

Entende-se a tirada de Darnton: velha é a mentira, *nihil novi sub sole*... Em nível genérico, sim, aqueles escritores espalharam boatos, distorceram fatos matreiramente, para ganhos materiais e simbólicos. Mas em que medida suas ações, nos séculos VI e XVI, são “equivalentes” (valem o mesmo, são iguais) às dos grupos político-financeiros que atualmente conspurcam eleições democráticas com milhões de dólares e falanges de robôs nas redes sociais? Que critérios de verdade corrompiam em suas épocas? Em que suportes difundiam suas falsificações e com que eficiência? Gomes e Dourado, propondo também uma generalização trans-histórica, adotam linguagem menos categórica, em registro de hipótese. “É muito provável”, sugerem, que produzir e espalhar relatos falsos tenha nascido com a política.

É plausível imaginar que boa parte da energia despendida na comunicação política em ambiente competitivo sempre envolveu a invenção de histórias e a disseminação de boatos, pelos mais diferentes meios e com os mais variados propósitos imediatos, a fim de criar ou destruir imagens públicas de atores políticos, produzir medo na plebe ou no eleitorado ou induzir comportamentos e atitudes dos interessados nas disputas políticas⁹.

E os autores partem dessa generalização para averiguar o fenômeno peculiar dos dias atuais. Pois, ao cabo, isto é o que importa: as particularidades dos fundamentos e mecanismos da falsificação comunicacional, no interior de uma arena temporal de luta por poder.

Trilhamos aqui um caminho semelhante: inverdades terão sido enunciadas desde os mais remotos grunhidos humanos, está óbvio, todavia há historicidade no desinformar, ato que responde a pressões e técnicas próprias de cada configuração sociocultural no tempo e no espaço. Aplicarmos este anglicismo de *fake news* para o período moderno não significa que o aplicaríamos sem reservas para qualquer período, nem que os dilemas da comunicação política de hoje equivalham aos de 1625. Se há similitudes na falsificação de informações em épocas distintas, há historicidade nelas; e esta nos interessa. O equívoco de Darnton está em reunir Procópio, Aretino, as pasquinadas medievais – e, por extensão, a *Historia Augusta*, o *Martyriologium*, Marco Polo, Jacopo da Varagine, os viajantes que juravam ter avistado cinocéfalos e antípodas na América e alguns

⁸ Notícias falsas existem desde o século 6, afirma historiador Robert Darnton, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19/02/2017.

⁹ Gomes e Dourado, “*Fake News*”, p. 35.

dos autores de narrativas falsas da Guerra Holandesa – como “equivalentes”, membros de um “sindicato dos mentirosos”, atravessando os séculos como uma sociedade secreta de videogame.

O que propomos é a análise de um fenômeno que, no contexto do mundo gutemberguiano, foi basilar nas disputas por poder. Este texto ambiciona alargar a noção de notícias falsas para a manipulação da informação com fins político-econômicos, tal como foi praticada no Antigo Regime. Não para alegar que distintas sociedades empregaram recursos “equivalentes” aos tuítes de hoje, mas para apontar como outras artimanhas de desinformação, *parecidas*, em outros suportes e submetidas a outras leituras, foram nodais para os rumos da época moderna.

Trata-se de uma extrapolação, sim, que não deixa de ter seu quê de heterodoxo. Porém, toda historiografia que compara extrapola, sem que por isso perca sua validade. A função histórica da desinformação assume modelos e fins peculiares em cada contexto, mais ainda quando os agentes do poder (no Estado e fora dele) passam a dispor da imprensa e de seus objetos tipográficos em desenvolvimento ao longo da Modernidade. É sobre a instrumentalização da comunicação, no Seiscentos, que ora nos debruçamos, enfocando o caso da Guerra Holandesa. Vivemos hoje, dizem Gomes e Dourado, um contexto de “crise epistêmica”, na qual instituições legitimamente responsáveis por informar (a mídia, a universidade, institutos científicos) sangram debaixo de uma ferrenha saraivada destrutiva, o que nos desorienta. Assim, nossa curiosidade se volta para como outras épocas lidaram com desafios até certo ponto comparáveis. Pode ser que daí vislumbremos formas de reagir.

A verdade a serviço da política

Noutro plano, convém, no desenrolar da análise, abandonar aspirações moralizantes. Não pretendemos denunciar falsificações, distinguir fato e ficção, separar o joio do trigo histórico. Cá, joio e trigo coabitam: ambos brotam na seara dos escritos, misturam-se na ceifa editorial e compõem unidos o pão narrativo. Neste momento, aliás, o joio comunicacional nos interessa mais e nosso apetite intelectual saliva pela carne dos falsários¹⁰. Fareja-se a desinformação, para determinar quais são seu sentido, seu método e seus efeitos; a mentira produtiva, que, nas crises e lutas, forja da imaginação, das tradições arraigadas e da verossimilhança armas para a defesa e o contra-ataque discursivos, quando a verdade se mostra incapaz de fazê-lo. O engodo foi constitutivo da escrita de

¹⁰ Disto não se deduza adesão à perspectiva que nega a possibilidade da verdade em história. Hyden White, *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, São Paulo: Edusp, 2019.

narrativas sobre a Guerra Holandesa, no século XVII: seus heróis e vilões, seus lances memoráveis, as batalhas que, por séculos, comporiam um influente imaginário sobre a formação do Brasil¹¹, todos dependeram em boa medida do embuste. Se ruas são hoje batizadas com os nomes de seus próceres, se o tema revivesce ano após ano em artigos e teses, se o assunto vibra uma corda sensível na memória nacional, isto derivou, em parte, do engenhoso cambalacho de autores de panfletos e livros, burilando com arteirice seus painéis narrativos¹².

Importa manter em mente os aspectos comercial e político da produção destes relatos falsificados, os quais podem incidir separada ou conjuntamente. De um lado, temos autores, e tipógrafos operando ora dentro, ora fora da lei, de manhã tirando do prelo impressos legalizados e, à tarde, atuando no mercado negro editorial, composto de folhetos inverídicos, livros proibidos e contrafações¹³. Do outro lado, o que vem a ser central, quem redigia e patrocinava discursos políticos (incluindo as relações de sucessos e obras históricas) no Antigo Regime, via de regra, cultivava o objetivo último não de retratar fidedignamente a realidade, mas era pressionado e recompensado para interferir no equilíbrio de forças sociais, persuadindo-as, redirecionando-as¹⁴. Comentando obras históricas dos séculos XVI e XVII, conclui P. Hazard:

Todos os historiadores daquela época (...) escreviam belos prefácios; diziam que sua mais viva preocupação era mostrar imparcialidade. Entretanto, como admitiam também que cabia a eles defender seu rei, seu país e sua religião, tomavam partido em todas as circunstâncias, e não buscavam mais encontrar a verdade, mas sustentar suas teses¹⁵.

E, para “sustentar suas teses”, deturpavam e omitiam. Esta contradição entre verdade e dever não emergirá conscientemente nos escritos teóricos (que modelam, por exemplo, o gênero “espelho de príncipe” ou a obra histórica como sedes do verdadeiro¹⁶), senão tarde, a partir dos anos 1680, tempo da “crise da consciência europeia¹⁷”. Todavia flagramos a contradição, antes disso, na ação

¹¹ Evaldo Cabral de Mello, *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*, São Paulo: Alameda, 2008.

¹² Veja-se, por exemplo, a recente reavaliação da figura de Maurício de Nassau, particularmente em sua habilidade de comandante militar. Wim Klooster, *The Dutch moment: war, trade and settlement in the seventeenth-century atlantic world*, Ithaca (Nova York, EUA): Cornell University Press, 2016, p. 65.

¹³ Sobre este submundo editorial: Maria T. E. Payan Martins, *Livros clandestinos e contrafações em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Edições Colibri, 2013.

¹⁴ Não só no Antigo Regime. Max Weber, *Ciência e política: duas vocações*, São Paulo: Cultrix, 2011.

¹⁵ Paul Hazard, *A crise da consciência europeia (1680-1715)*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015, p. 47.

¹⁶ Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁷ Hazard, *A crise da consciência europeia*.

política e nos papéis a ela consignados. Por exemplo, nos panfletos que, para engajar a população de uma cidade ou país no esforço de guerra, ou meramente para vender folhetos, inventam vitórias; ou na História que, jurando sinceridade em seu prefácio, faz vibrar na língua dos protagonistas palestras inverossímeis ou descreve prodígios para lá de duvidosos. Narrativas históricas modernas não costumavam ser exposições desinteressadas, antes almejam interferir, convencer, reorientar o fórum público e o rumo dos acontecimentos. Se a verdade viabilizava tais resultados, era enunciada; se atrapalhava, era oculta ou contorcida. Diante de objetivos assim, no ringue das disputas por poder, prestígio e bens, o compromisso com a verdade esmaecia, tornava-se uma opção sujeita às circunstâncias. De vez que a meta última daqueles discursos seiscentistas não é, por assim dizer, informar, mas incidir sobre o real em benefício de “teses”, informação e desinformação emergem como meios, recursos.

Isto nos impele, na análise ora proposta, a abordar as *fake news* do Antigo Regime para além da mera negatividade, desvio ético, o relato no qual o testemunho factual está ausente ou deturpado. Mais proveitoso, metodologicamente, será enxergá-las em sua *positividade*: para compreendê-las, tomá-las pelo que acarretam, seus germens e consequências enquanto criadoras de deslocamentos e realinhamentos nas fileiras do poder. São mentiras, sim, mas *mentiras produtivas*. Exploram o campo do dizível, no interior de um território histórico e verbal, a cada passo estressando os dispositivos de checagem (*fact checking*) existentes, muita vez com sucesso. Meias-verdades e invenções, sem dúvida, mas capazes de *performance*¹⁸, de criar soluções retóricas, mobilizando a gramática sociocultural em voga, de modo a contornar dificuldades políticas e abrir rotas de escape em cenários de dificuldade.

Uma leitura meramente ética ou lógica das falsificações disseminadas no conflito luso-neerlandês, portanto, revelaria pouco sobre elas, ignorando este potencial performático, seu frutífero impacto no curso dos embates em andamento. Quando disputas políticas vão em jogo, eis que os efeitos das falsificações afloram, como alternativas de reagir. Proponho, para navegar nesta correnteza, o conceito de *verdade política*: na dinâmica dos atritos entre segmentos políticos, tende-se a reconhecer o verdadeiro não na coerência entre dito e fato, nem na consistência lógica ou epistemológica do discurso lido criticamente, mas na coincidência entre o enunciado e os objetivos do grupo e nos efeitos favoráveis por ele gerados.

Trata-se de um conceito inspirado na ideia maquiaveliana de *utilitas*, a “utilidade” como diretriz primordial na leitura dos fenômenos políticos¹⁹. A

¹⁸ Para o conceito de performance, J. G. A. Pocock, *Linguagens do ideário político*, São Paulo: EDUSP, 2013.

¹⁹ Ideia, ademais, de base humanística, embora lida em chave singular por Maquiavel. Skinner, *Fundações*, particularmente sua parte 2.

verdade política é o enunciado crível, tomado por verdadeiro, coincida ele com os acontecimentos ou não, convincente e promotor de consequências favoráveis aos locutores e desfavoráveis aos adversários. É verdadeiro não necessariamente em seu fundamento factual, mas porque reforça crenças preestabelecidas ou propicia desdobramentos históricos concretos e desejáveis. Tomadas neste sentido, as *fake news* são constituintes do discurso político e histórico seiscentista, utensílios a todo tempo ao alcance dos letrados e seus patronos, como canal para veicular suas aspirações e alcançar resultados ambicionados, às vezes em meio quadros os mais adversos.

Movimentos políticos diversos têm estabelecido regimes de verdade próprios. Gomes e Dourado perceberam algo semelhante, ao observar grupos em meio aos quais, no tempo presente, as *fake news* proliferam. Neles, incide um regime peculiar de verdade, uma “epistemologia tribal”; ali, “um relato é verdadeiro ou falso não em função dos fatos a que se refere, mas em virtude dos valores que reforçam, dos princípios que sustenta”²⁰. E tal epistemologia tribal produz sua própria verdade, instrumental à agenda do grupo. Federico Finchelstein captou elementos desse tribalismo, ao estudar a noção de verdade preconizada pelo fascismo histórico, na Europa e na América Latina. Também ali a veracidade não decorre da coerência entre enunciado e real, mas da coincidência do dito com o ideário propalado pelo partido ou pelo líder. O pilar gnosiológico da verdade, nesse caso, é a ideologia a que aderem emissor e receptor; o que se veicula só é verdadeiro se a corroborar²¹. Em ambos os casos, o poder estabelece diretrizes novas para distinguir verdade e mentira, um território semântico *on demand*, imune aos acontecimentos ou ao conteúdo de testemunhos averiguados. Promove-se, antes, uma verdade servil à política, definida pela aderência às agendas dos que disputam o comando social, o acesso aos bens econômicos e os signos de prestígio. Não se trata, ao cabo, da mera mentira (a qual, ao corromper os fatos, conserva ao menos a essência da verdade que nega); ao contrário, tem-se nessas elaborações uma forma alternativa de fundar o verdadeiro. Eis a “verdade política”: pode ou não equivaler aos fatos, mas sempre ressoará a conveniência dos líderes que a proclamam. Será “verdade” apenas e justamente por isso.

Gomes, Dourado e Finchelstein estão ocupados com questões dos séculos XX e XXI. No entanto, alguns ramos da cultura moderna já lidavam com sentidos de verdade que não se embasavam na coerência entre enunciado e real. Nos tribunais inquisitoriais, o acúmulo de experiência e o amadurecimento da instituição levariam seus juízes a reconhecer como impossível garantir que as sentenças exaradas expressassem a realidade *tout court*. Donde se formulou a

²⁰ Gomes e Dourado, “*Fake News*”, p. 37.

²¹ Federico Finchelstein, *Uma breve história das mentiras fascistas*, São Paulo: Ed. Vestígio, 2020.

ideia de “verdade jurídica”: está no horizonte do julgador apenas o verídico com base nas provas e arguições dos autos – mas entre estas e a realidade se interpõe hiato intransponível²². A verdade jurídica, assim, emana do processo, não preexistindo a ele, tal como a verdade política emana das versões opostas nos jogos do poder. Hazard indica como em fins do século XVII a escrita da história enfrenta um duro embate com cétricos, cujas investigações revelavam como obras antigas e recentes encadeavam mitos e embustes, em favor da Igreja, das monarquias e da imagem consagrada da Antiguidade greco-romana. Bruno Leite, aliás, identificou historiadores do século XVII para os quais a identificação da verdade histórica era inalcançável, produto antes do discurso do que da realidade²³.

Neste campo da historiografia, a confiança na capacidade da escrita de retratar os acontecimentos podia ser questionada. Sem nos determos nas dúvidas do pirronismo histórico de um La Mothe le Vayer, o conde de Ericeira apontava que mesmo o testemunho de vista não assegura um depoimento absolutamente confiável: um fato como uma batalha, envolvendo “muitos mil homens”, sucede em escala maior do que a capacidade humana de apreensão. Dificilmente se acharão sobre ela dois testemunhos concordantes, o que impõe sérios obstáculos ao trabalho do historiador.

Se pois me não foi possível contar sem contradição em várias conversações um só sucesso na presença dos que se acharam nele; como poderei conseguir facilmente escrevendo tantas batalhas, sítios, interpresas, e encontros sucedidos à valerosa Nação Portuguesa por espaço de vinte & oito anos nas quatro partes do Mundo, julgarem todos a narração das Vitórias por verdadeiras, e por certos os motivos das empresas militares e políticas [?]²⁴.

Tais observações revelam como sofisticava-se a noção de verdade à disposição dos eruditos modernos. Assim como o jurídico e o historiográfico poderiam reivindicar epistemologias peculiares (porém longe de um sentido radical), ligadas a seus mecanismos de produção do verdadeiro, também o discurso político poderá – quando menos no interior do escopo analítico aqui proposto – ser lido a partir de uma nova gramática, na qual a “verdade política” se define não pelo polo dos fundamentos, mas pelo das consequências.

²² Jacques Delanglade, “Le juge, serviteur de la loi”, *Revue de Droit Canonique*, X (1960), pp. 141-164 e XI (1961), pp. 3-31. Agradeço ao prof. Bruno Feitler esta indicação.

²³ Hazard, *A crise*, cap. 2. Bruno M. B. Leite, “O Caso servo do Discurso: a ‘Escola de Tácito’ e a historiografia de D. Francisco Manuel de Melo na Europa do século XVII”, Dissertação (Mestrado em História), UFRJ, 2007.

²⁴ D. Luis de Meneses (Conde de Ericeira), *História de Portugal restaurado*, Lisboa: na Officina de João Galraão, 1679-1698, 2 Vols, “Prologo” não paginado. O trecho é um questionamento do autor.

Informação e desinformação agem como meios de ganho material ou legitimadoras da ação, face aos apuros inerentes às refregas pelo poder.

A primeira vítima da guerra

Tais formulações se revelam pertinentes para se pensar a redação de narrativas sobre a Guerra Holandesa. Naquela quadra, Portugal achava-se em maus lençóis, enredado em conflitos com a Holanda e, após sua Restauração de 1º de dezembro de 1640, com a Espanha. O Papado, importante centro diplomático, não reconhecia o golpe independentista desferido pelos correligionários de D. João IV. As nobrezas portuguesa e castelhana, anos antes engajadas na Jornada dos Vassalos, lutavam por reconhecimento e prestígio, no ambiente concorrencial da monarquia pluricontinental de Filipe IV. E as elites espalhadas pelo ultramar, como as facções que, no Brasil e em Angola, chefiariam motins antiflamengos, tinham todo o interesse em propagar suas versões da luta contra a WIC, de modo a reforçar seu poder regional e angariar fama dos centros europeus, como restauradores do império²⁵.

Vislumbra-se a Insurreição Pernambucana (1645-1654). Em seus primeiros anos, não obstante vitórias como a do Monte das Tabocas e do Engenho de Casa Forte, seu comando nem conseguira expulsar os flamengos, fincados sobretudo em Recife, nem obtivera decisivo socorro de Lisboa, apesar de promessas feitas às escondidas pela coroa, a qual, entretanto, buscava firmar pazes com os Países Baixos. Se derrotado, o movimento pernambucano seria proclamado traidor e desobediente a seu rei, além de esmagado pela WIC. Havia fomes, deserções, pouca perspectiva de êxito. Promover a guerrilha como legítima rebelião portuguesa, e não como mera anarquia local de súditos extraviados, era questão de sobrevivência física e política. O maravilhoso seria uma das vias para tanto.

Vê-se, a partir disso, a que aspirava frei Manuel Calado, “porta-voz” do partido açucarocrata de Fernandes Vieira, quando assegurou, no *Valeroso Lucideno*, que os cadáveres de católicos indefesos, mulheres e crianças chacinadas por índios e holandeses, em 1645, exalavam não a catinga do apodrecimento, mas deliciosa fragrância de incenso. Na noite de sua morte, se ouviu “uma música no Céu sobre a fortaleza do Rio grande, (...) certo presságio que foram os Anjos que acompanhavam as almas destes mártires para o Céu²⁶”. Descrevia-se atrocidade

²⁵ Kleber Clementino, *A narrativa como combate: a escrita da história da Guerra Holandesa no século XVII*, Recife: Editora da UFPE, 2022.

²⁶ Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno, e Triumpho da Liberdade*, Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648, p. 279. Acresce que estas e outras maravilhas “forão vistas, & juradas, & autênticas por vinte & sinco molheres que o inimigo botou nesta Paraiba, com suas famílias”. Id., p. 280.

inimiga recente e não vingada; representava-se um conflito no qual Deus tinha não somente um lado – o de Calado e Fernandes Vieira, que D. João IV tardava em auxiliar – mas, mais ainda, interferia diretamente nos eventos, mandava que seus santos aparecessem em sonhos ou no calor das batalhas, a cada passo manifestando seus desígnios e humores. Acaso não encontraria a coroa maior estímulo para auxiliar um *front* do qual provinham notícias deste teor, duvidosas talvez, mas que haveriam de andar pela boca de muitos? Este é apenas um exemplo pinçado entre muitos, no baú das invencionices caladianas. Voltaremos a isso. Venha o relato milagroso do próprio autor ou de suas fontes, importa a relevância dele, o peso que o texto assume, as reações que provocou ou, ao menos, pretendia provocar.

De resto, um milagre, no Seiscentos, pode ser entendido como notícia falsa? Eis um problema maior do que este modesto inquérito será capaz de resolver. Obviamente, muito do que hoje julgamos fantástico era admitido, no Medievo e na Modernidade, como integrado à ordem natural, embora intercessões miraculosas fossem compreendidas como sobrenaturais²⁷. Isto não significa que o transcendental não se visse jamais posto sob desconfiança. Pelo menos desde Agostinho, o pensamento cristão admite a interferência do Altíssimo na esfera sublunar, por meio de santos e relíquias, não obstante observasse o bispo de Hipona que um ignorante poderia presumir o maravilhoso onde o sábio enxerga só mecanismos terrenos. Portentos precisariam ser interpretados, atestados pelos doutos, de modo a desencorajar a má-fé. No avançar da Idade Média, “milagres propagandísticos”, comenta André Vauchez, que poderiam ter em mira prestigiar determinado santuário ou acelerar canonizações, foram comuns, ao passo que autores eclesiásticos condenavam o apelo desavisado aos encantamentos taumatúrgicos de amuletos e talismãs, heranças do paganismo²⁸.

Todos os indícios são de que se cria largamente em milagres (embora advirta Vauchez que a maioria esmagadora das fontes são clericais). E, valiosa como era esta intercessão divina, capaz de realizar curas, mudar o regime de chuvas e ventos, castigar inimigos ou manifestar signos sobre os eleitos, grassava o charlatanismo. O miraculoso foi em muitos momentos um terreno de arengas; sua proliferação tendia a responder a demandas sociais prementes, como o combate às heresias, reafirmando na luta o partido preferido de Deus. Também a concorrência dos santuários por fiéis e das ordens religiosas recém-fundadas por reconhecimento tornava cronistas e hagiógrafos pouco criteriosos na seleção dos milagres a narrar, por exemplo, atribuindo aos candidatos a santos não só

²⁷ Jacques Le Goff, *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa: Edições 70, 2010.

²⁸ André Vauchez, “Milagre”, in Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, *Dicionário analítico do Ocidente medieval*, São Paulo: Ed. Unesp, 2017, v. 2, pp. 224-241.

curas e visões, mas até ressurreições, “esperando atrair para ele”, continua Vauchez, “a atenção da cúria romana e obter a abertura de um processo de canonização em seu favor”. O teólogo Gilbert de Nogent expressava, no século XI, dúvidas sobre a autenticidade dos restos mortais de diversos santos. A crença generalizada em milagres e magia, propiciando enorme força simbólica, era o maior estímulo para falsificações.

Diante de tal massa de prodígios, a primeira reação do historiador, como de qualquer homem do século XX, só pode ser o ceticismo ou a presunção de impostura. Esta última tem até certo fundamento: sabemos, por exemplo, que existia na Inglaterra, no final do século XIII, verdadeiros “fabricantes de milagres” que propunham seus serviços a uma ou outra comunidade religiosa de que um membro acabara de morrer santamente, e, sem dúvida, charlatões assim existiram em outros lugares e em outras épocas²⁹.

Este ambiente geral perdurava nos séculos XVI e XVII, quando as guerras religiosas tornavam a conformidade problema ainda mais premente e, simultaneamente, abriam espaço para a inconformidade e a dissensão, como mostram os estudos sobre santificação e sobre magia. O próprio espaço ultramarino era, desde o Quinhentos, pródigo na incidência do miraculoso, mas as autoridades eclesiásticas precaviam-se contra relatos espúrios e foram implacáveis na exigência de provas cabais para o reconhecimento da santidade de uma figura como José de Anchieta. Seu hagiógrafo Pero Rodrigues revoltara-se com seus próprios companheiros jesuítas, por desconfiarem de milagres relatados em suas obras³⁰.

Analogamente, deparamos, em narrativas da Guerra Holandesa, intromissões sobre-humanas suspeitíssimas, isto é, o milagre oportuno, milimetricamente encaixável na narrativa veiculada, às vezes intervindo na hora mais desesperada, emprestando aos protagonistas o brilho da chancela celeste, mas cujos testemunhos são atribuídos a anônimos, pairam inverificáveis. A representação do sobrenatural não está em todas as obras e, mesmo quando ocorre, diferentes autores pintam-nas com cores próprias. Importa notar, ademais, que, até onde se sabe, Roma jamais demonstrou qualquer interesse pelos mistérios contidos nessas relações e Histórias, o que sugere que seu efeito

²⁹ Vauchez, “Milagre”, p. 231.

³⁰ Camila Correia e S. Freitas, “Divulgar a biografia de um santo: os usos e as apropriações da figura de José de Anchieta no Brasil e na Europa (século XVII)”, Tese (doutorado em História), USP, São Paulo, 2016, p. 102. Também Francisco Bethencourt, *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVII*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

se circunscrevia ao universo historiográfico, sem que se tenha buscado averiguação mais sistemática e rigorosa do relatado.

Costumeiramente emergem de uma fonte e são repetidos em outras. Podia, às vezes, suceder de uma ferida curada, um salvamento no mar ou uma façanha militar – eventos fisicamente explicáveis – serem interpretados como providencialmente orientados, inscritos nos planos divinos. Casos tais, em que há poucos indícios de fabricação dos fatos e apenas a leitura deles é providencialista, não serão aqui tomados por notícias falsas. Para os fins de nossa análise – e admitindo, como hipótese, que relatos de milagres possam ocasionalmente ser considerados notícias falsas – trataremos como desinformação os relatos miraculosos nos quais se descreve a direta e inequívoca intervenção divina no curso dos acontecimentos, suspendendo ostensivamente as leis da natureza em benefícios de seus escolhidos.

Possivelmente todo relato miraculoso guarda seu quê de conveniente. Todavia impressiona como, nas narrativas do conflito luso-neerlandês, este apelo transcendental emergiu cedo, aludindo não a episódios remotos, mas às primeiras relações de sucessos de meses ou semanas antes. Enquanto algumas penas mantêm sua narrativa na imanência, no máximo aludindo com discrição à superintendência sacra, em outras o sobrenatural sobressai. Diversas formas de manifestação celeste ponteiavam nos panfletos e, particularmente, em livros, ajudando-nos a flagrar, aqui e ali, o Altíssimo a serviço do rés-do-chão político.

A manipulação das informações na Guerra Holandesa explorou diversos métodos e suportes textuais. Sob certos aspectos, aliás, continuava uma tradição historiográfica portuguesa, de romantização das conquistas na África e Ásia, exaltação à qual alguns intelectuais quinhentistas contramajoritários não haviam aderido integralmente, sendo por isso perseguidos³¹. Valeu-se de panfletos e livros, emanou dos centros políticos e das áreas periféricas, atuou no curso do conflito e muito depois do cessar-fogo. Para o caso em tela, podemos classificar, simplificadamente, dois tipos de falsificação. Um: as narrativas integralmente ficcionais, as quais publicam episódios inventados de cabo a rabo; dois: as narrativas parcialmente ficcionais (que Darnton denomina “*semi fake news*”), as quais introduzem, em textos predominantemente fidedignos, episódios imaginários ou de procedência duvidosa. No caso das primeiras, o motivo costuma ser comercial; no das últimas, político, embora umas e outras motivações se possam imiscuir.

Repitamos: o falso, porém dizível, tem-se mostrado historicamente capaz de desequilibrar campos de disputa, prover armas de contra-ataque, abrir rotas de escape e, ao cabo, amealhar proveitos materiais e simbólicos para seus enunciadores. Era muitas vezes compensador desinformar. Aprecie-se o caso da

³¹ Manuel Rodrigues Lapa, *Historiadores quinhentistas*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

Donatio Constantini, a doação do Império Romano do Ocidente que o imperador Constantino teria feito ao papa Silvestre I, no século IV. No século XV, Duns Scotus e Lorenzo Valla impugnaram o documento, demonstrando que não poderia ser do tempo de Silvestre I e que um pontífice não detinha direito para tal doação. Ao que tudo indica, fora forjada no século IX. Todavia, não obstante inventado, por setecentos anos assegurou à Igreja Católica Romana o pleito de senhorio de todo o Ocidente Europeu. Mentira, está claro, mas o que fora o mundo medieval sem ela? Os paralelos com o episódio da música celestial de frei Calado (e tantos outros que este autor relata) ficam evidentes. A Guerra Holandesa, na pena de alguns de seus escritores seiscentistas, transborda destas e de outras manobras, desde seus primeiros folhetos.

Relações de sucessos imaginários

Em 1624, quando a WIC capturou Salvador em investida-relâmpago, os flamengos fizeram repercutir a notícia da vitória em Amsterdam e outros centros europeus, em relações traduzidas para o inglês, francês e alemão. As vantagens de explorar aquele triunfo ultramarino eram enormes: para além de sua “noticeabilidade”³² – ligada ao interesse público pelo episódio e ao potencial econômico de sua divulgação – alardeá-lo potencializaria o engajamento social, no interior de uma guerra de independência já tão longa contra a Espanha, elevando o moral das fileiras e da população. Daí os diversos panfletos neerlandeses, arrolados por autores como J. H. Rodrigues e M. van Groesen, nos quais se promovia aquilo que Andréa Doré denominou de “cultura da vitória”: celebrações cívicas a reforçar laços coletivos e o engajamento em conflitos locais e internacionais³³.

Do lado luso-castelhano, protestar-se-ia que, no bojo destes relatos comemorativos, os neerlandeses disseminavam desavergonhada boataria. Thomas Tamaio de Vargas, cronista na corte madrilena, acusava-os de deturpar comunicações “para conservar o ânimo no povo”, marcadamente quando sobrevinham infortúnios e suas armadas eram desbaratadas, porque a “frágil” constituição federativa dos Países Baixos imporia a contínua reafirmação simbólica de sua unidade. Em outras palavras, assim como lhes conviria explorar até o grau máximo as conquistas, entusiasmando a população para o esforço de

³² Michiel van Groesen, *Amsterdam's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brasil*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2017.

³³ José Honório Rodrigues, *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. Andréa Doré, “Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa”, *Talia Dixit (Revista interdisciplinar de retórica e historiografia da Universidad de Extremadura)*, n. 6 (2011), pp. 121-137.

guerra, filtrar notícias de reveses e desinformar seria inescapável à sobrevivência política do modelo republicano neerlandês, menos capaz de suportar solavancos militares, na opinião de Tamaio de Vargas. É claro que o espanhol atribuía maior solidez a seu regime monárquico, na comparação com o daqueles que apelidava “pescadores rebeldes”³⁴.

Omite o castelhano, todavia, que a desinformação correu solta também aquém dos Pireneus, sem que a malha censória católica pudesse ou quisesse refreá-la. E isto desde muito. O olhar atento, percorrendo episódios de Quinhentos e Seiscentos, descobre, assombrado, numerosos casos análogos; os limites para a adulteração dos acontecimentos eram larguíssimos. Falou-se acima da romantização que deu a tônica da historicização da Era das Navegações, em Portugal, silenciando desentendimentos internos e atrocidades perpetradas na Ásia e África. Mas nem era necessário que os eventos transcorressem nas lonjuras ultramarinas para se verem passíveis de repaginação.

Por ocasião do embate marítimo anglo-castelhano de 1588, a derrota da Invencível Armada de Filipe II, logo ali no Canal da Mancha, seria negada na Espanha em panfletos manuscritos e impressos, festejando um êxito imaginário, aproveitando-se autores e editores das demoras da esquadra vencida (que para o retorno decidira contornar as Ilhas Britânicas em vez de dar meia volta, escapando assim de segunda surra sob Francis Drake)³⁵. Mesmo tão vizinho, o desmentido viria tarde o bastante para que farsantes lucrassem e, porventura, implantassem dúvidas sobre o desastre do duque de Medina-Sidônia. Podia-se, também, embaralhar o desfecho de um confronto: na Batalha de Montijo (1644), capítulo da Guerra de Restauração luso-castelhana, acabada a refrega, portugueses e espanhóis correram a anunciar em relações tê-la vencido esplendorosamente. A dúvida gerada segue viva até hoje³⁶. As patranhas eram capazes até mesmo de desaprumar as escalas da geografia. Em 1663, os espanhóis tomaram a cidade portuguesa de Évora, no Alentejo. Circulou em Madri, em seguida, a *Copia de carta venida del Exercito, en que se auisa la toma de Eborá*, relação na qual, sorrateiramente, se encurtava pela metade a distância entre Lisboa e Évora, de vinte e duas para dez léguas, de maneira a sugerir – apostando talvez

³⁴ Thomas Tamaio de Vargas, *Restauracion de la ciudad de Salvador, i Baia de Todos-Sanctos, en la provincia del Brasil por las armas de don Phelippe IV el grande Rei Catholico de las Españas i Indias*, Madri: Pela viúva de Alonso Martin, 1628.

³⁵ Ana M. Pereira, “Alejandro Farnese en las relaciones de sucesos españolas”, in J. Adriano de Carvalho (Dir.), *D. Maria de Portugal: princesa de Parma (1538-1577) e o seu tempo*, Porto: Inst. de Cult. Portuguesa, 1999, pp. 85-108.

³⁶ Carlos Ziller Camenietzki; Daniel M. P. Saraiva; Pedro P. de Figueiredo Silva, “O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII”, *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 13, n. 24, jan./jun. 2012, pp. 10-28.

no ruim senso espacial dos leitores – que seus soldados já acampavam às redondezas da capital portuguesa amotinada³⁷.

Imersa nesse ambiente, a transposição da Guerra Holandesa em narrativa não fugiu à regra. Logo que se começou a rabiscar sua história, testemunho e invenção enovelaram-se. Nos começos de maio de 1625, enquanto as forças de D. Fadrique rendiam os holandeses e reocupavam Salvador, em Lisboa e Madri nada ainda se ouvira do cerco, dos entrechoques, do êxito. Seria preciso aguardar quase dois meses pelos correios. No entanto, datada de 10 de maio de 1625, é publicada em Sevilha uma *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad*. Se os dados contidos em seu frontispício são reais, o impressor Juan de Cabrera não mostrava nenhum temor das autoridades, nomeando-se e divulgando que sua oficina ficava “frontero del Correo Mayor”, para quem quisesse visitá-la. No folheto de quatro páginas, desvendava ao leitor um tortuoso disse-me-disse: um nobre de São Lúcar de Barrameda teria remetido carta a Sevilha, contando da apreensão de alguns navios flamengos nas águas de Cádiz. Um dos tripulantes presos, “mestre do dito navio”, confessara haver saído vinte dias antes da Holanda (isto é, por volta de 20 de abril, antes da recuperação de Salvador), onde escutara preciosidades:

Disse que, quando saiu de Amsterdam, havia poucos dias que entrara no dito porto um navio, o qual vinha carregado de açúcar, e que esteve ali alguns dias, [e] que o ouviram dizer a algumas pessoas da dita cidade, que vinha da cidade que chamam de Brasil³⁸.

A armada de D. Fadrique de Toledo, segue o relato, teria surpreendido as embarcações neerlandesas no porto de Salvador. Sem outro remédio, oficiais da WIC teriam decidido incendiar as próprias naus, para que não acabassem capturadas. No dia seguinte, agraciados pela Providência, os luso-castelhanos teriam saltado em terra, “com bem pouca defesa que lhes fizeram” os sitiados, logo rendidos, apenas se encontrando na cidade oitocentos sobreviventes. Triunfo magistral, praça recuperada após um único dia de combates. Enorme

³⁷ ANÔNIMO, *Copia de carta venida del Exercito, en que se auisa la toma de Ehora Ciudad, y el feliz sucesso de las Armas de su Magestad, que Dios guarde*, Madri: Francisco Nieto Salcedo, 1663, Biblioteca Nacional de España, MSS/18400 (H. 361-362). Também citado em Mendes, “Gazetas, mercúrios e relações de sucessos”, p. 207.

³⁸ “Y dixo, que quando salio de Ostaridan, avia muy pocos dias que avia entrado en el dicho Puerto un Navio, el qual venia cargado de açúcar, y que estuvo alli algunos dias, y que le oyeron dezir a algunas personas de la dicha Ciudad, que venia de la Ciudad que llaman del Brasil”, ANÔNIMO, *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad, desde la ciudad de San Lucar, haziendole Relacion de la cõficion que hizo un Maestre de una Nao que cogio el Armada del Almirantazgo, en que declaro, que el Brasil estava ya por el Rey Nuestro señor, y como le quemaron sus Naos, y passarõ a cuchillo ochocientos hombres q dentro avia*, Sevilha: por Juan de Cabrera, 1625, sem paginação, ff. 1-2.

cifra de mortos em combate. Porém, o destino dos sobreviventes seria ainda mais sombrio:

E [relatou o holandês] que o general da dita armada da Espanha havia mandado que a todos passassem sob o cutelo, sem que se deixasse uma pessoa só com vida, e que sabia já clara e evidentemente que estava já toda a terra do Brasil recuperada, e pelo rei da Espanha dom Filipe Quarto³⁹.

Ora, como o profético prisioneiro poderia ter ouvido tais notícias em Amsterdam em 20 de abril, quando a WIC ainda defendia Salvador? Talvez forjada fosse não a notícia, mas a fonte, o depoimento do marinheiro holandês (espertamente entoando para seus captores espanhóis a doce música que queriam ouvir), reproduzido desavisadamente pelo editor sevilhano, o que explicaria sua confiança em divulgar seu endereço. Ou, talvez, o prisioneiro fosse inventado e tudo não passasse de farsa de editores inescrupulosos, para endinheirar-se com a boa-fé dos incautos.

Seja como for, o retrato da Espanha triunfante e da Holanda castigada, com seus atrevidos exércitos destruídos debaixo dos canhões católicos, haveria de ser convidativo à leitura e ouvida; premiava expectativas, reforçava vieses. Terá a *Carta cierta y verdadera* provocado burburinhos e comemorações? Não se sabe, não temos documentos de sua recepção. A edição trazia, na capa, a gravura de um galeão espanhol assediando as muralhas de uma cidade (Salvador), numa rima gráfica com a façanha narrada. Que era mentirosa: o cerco baiano não durou um dia, mas todo o mês de abril, nem as tropas rendidas foram executadas, assentindo D. Fadrique que se retirassem, carregando seus bens pessoais para os navios, segundo termos firmados com os oficiais rendidos. Ademais, repita-se, impossível, nas velocidades seiscentistas, que o episódio de 1º de maio percorresse todo o périplo do Brasil para Amsterdam, Cádiz e San Lúcar e saísse impresso em Sevilha em nove dias. O papel não reportava a reconquista: adivinhava-a, colorindo-a de minúcias agradáveis aos ouvidos luso-castelhanos, até ser “desmentido” semanas mais tarde.

Provavelmente pela mesma época, publicou-se em Amsterdam outra relação, a qual apenas conhecemos por sua tradução francesa: *La defaite navale de trois mil, tant Espagnols que Portugais, mis & taillez en pieces par les Hollandois*⁴⁰. Com

³⁹ “Y que el General de la dicha Armada de España, avia mädado que a todos los passassen a cuchillo, sin que se dexasse una persona sola con vida, y que sabia ya clara y evidentemente que estava ya toda la tierra del Brasil recuperada, y por el Rey de España don Felipe Quarto”, ANÔNIMO, *Carta cierta y verdadera*, f. 3.

⁴⁰ ANÔNIMO, *La defaite navale de trois mil, tant Espagnols que Portugais, mis & taillez en pieces par les Hollandois, à la Baya de Todos los Sanctos*, Paris: Jean Martin, 1625. A informação do original holandês está na própria edição francesa. Não pudemos encontrá-lo, nem mesmo menção a ele

14 páginas, não obstante seu título apelativo, procura fazer balanço dos principais movimentos militares e diplomáticos daquele ano, no contexto da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), envolvendo em especial portugueses, castelhanos e franceses. Provavelmente foi composta nos meses finais de 1625 (depois, portanto, da chegada dos relatórios da Bahia), pois no desfecho já faz alusão à partida da frota inglesa liderada pelo duque de Buckingham e pelo coronel Edward Cecil, cuja investida sobre a Andaluzia malograria em novembro. Vê-se, com isso, que o espaço para a desinformação não se fechava com a chegada de testemunhos oculares. Mesmo depois deles, notícias falsas poderiam ser trazidas a público, mascaradas como “contra-discursos”, que desvendariam a falsidade dos inimigos. Para os leitores, haveria de ser difícil identificar qual das versões seria digna de fé.

Seria o *La defaite navale* um dos folhetos que Tamaio de Vargas tinha em mente, quanto pintava os flamengos como desonestos? É possível. O texto delinea uma estupenda batalha oceânica, desesperada, mortífera e inexistente. O anônimo autor, como que retrucando o cronista castelhano, principia por acusar os espanhóis de serem eles os peritos em “ardis e finuras”, como raposas, de maneira que, se alguém se prestasse ao trabalho de listar as inúmeras que haviam cometido, “teria necessidade de mais de uma resma de papel”. Perdida Salvador para os holandeses, em 1624, havia Filipe IV despachado grossas armadas não apenas para retomar a praça, mas para caçá-los com crueldade, tal como desde muito vinham seus homens fazendo em Flandres. No entanto, alfineta a relação com malícia, “como sucedera na Inglaterra durante o reinado da rainha Elizabete⁴¹”, outra vez a esquadra de Castela terminara derrotada. Tendo atacado os navios flamengos na Bahia, teriam encontrado tenaz resistência, desdobrando-se em quinze dias de sangrentas refregas navais. Ao cabo, portugueses e espanhóis fugiriam, humilhados, “tendo perdido mais de três mil homens, e entre eles mais de mil dos mais nobres e notáveis de todo Portugal. Os holandeses perderam oitocentos homens”⁴².

Curiosamente, a fonte destas notícias, conforme a *La defaite*, seria de novo um prisioneiro inimigo: um espanhol “que em 16 de abril estava ainda à dita Bahia de Todos os Santos” e fora capturado no mar. A testemunha ocular amiúde fazia as vezes de caução do que se divulgava. Será que tal figura existiu ou não

em Marianne Wiesebron (Ed.), *Brasilië in de Nederlandse archiven (1624-1654)*, Leiden: Universidade de Leiden, 2005.

⁴¹ Alusão ao fracasso da Invencível Armada, em 1588.

⁴² “Fers toy de ruse, & de finesse”, “ Et qui en voudroit faire une liste, auroit besoin de plus d'une rame de papier”, “Et le sort est tombé sur les Espagnols, comme il fit en Angleterre durant le regne de la Reyne Elizabet”, “Les Espagnols & Portugais se sont retirez y ont pris la fuitte ayant perdu plus de trois mil hommes, & entre iceux plus de mil de plus nobles & remarquable de tout le Portugal. Les Hollandois n'ont pas perdu huict cens hommes”, ANÔNIMO, *La defaite navale*, pp. 3-6.

passava de artimanha para dar melhor fachada à falsificação? Será que também ele fabricava boas novas para agradar seus carcereiros holandeses? Desta vez parece menos provável, considerando o período em que saiu a relação, quando os testemunhos já haviam, fazia meses, atingido a Europa. Este suposto encarcerado contaria ainda que os remanescentes luso-castelhanos, depois do desastre, lançariam âncoras na Bahia, contudo acharam-na tão bem defendida e à espera de mais reforços da WIC, que “os morenos portugueses não tiveram melhor sorte do que antes”⁴³.

Aqui se encerra a apresentação desta “derrota naval” hispânica. Adiante, o folheto passará à seleção de outras notícias políticas e militares, mas não sem antes tecer um derradeiro comentário. Ora, por que o *La défaite navale*, na abertura, acusara os espanhóis de compensar sua fraqueza com truques de raposa? Porque eles, tal como ordinariamente faziam, diante deste revés no Atlântico,

Serviram-se aqui de um stratagema, e ao invés de [admitir] terem sofrido grande dano, fizeram correr o rumor de que obtiveram a vantagem, e de que os holandeses estavam completamente destruídos, para assim desencorajar aqueles que pudessem favorecer os ditos holandeses, e lhes prestar socorro⁴⁴.

E, continua, não obstante a exatidão daquelas informações de sua destruição, os cavilosos castelhanos “acharam ainda outro manto, para cobrir a feiura de suas mentiras e engodos”. Aqui o autor passava a atacar diretamente as informações de que os luso-castelhanos haviam sido bem-sucedidos na Jornada dos Vassalos. Espalhava-se aos quatro ventos, reclama, que os holandeses, tendo perpetrado crueldades “mais que espanholas” sobre os moradores do Brasil, terminaram massacrados pela reação destes. Falsas, portanto, seriam as novas, vindas do Brasil, de que os soldados de Filipe IV haviam recuperado a Bahia, à custa de muitas vidas flamengas. De fato, sabemos hoje, parcela significativa dos habitantes de Salvador, ante a invasão de 1624, retirara-se para o Recôncavo Baiano, sob a liderança do bispo D. Marcos Teixeira, e dali promoveram tocaias e ataques, nos quais soldados e oficiais da WIC pereceram. Também forças da terra se juntariam à esquadra de D. Fadrique de Toledo, acelerando a rendição de maio de 1625. Contudo o autor da *La défaite navale* não dá o braço a torcer:

⁴³ “qui le 16. abril estoit encore à la dite Baya de todos los Santos”, “les basanez Portugais n’en ont pas eu meilleur marché qu’auparavant”, ANÔNIMO, *La défaite navale*, pp. 6-7.

⁴⁴ “L’Espagnol s’est servu d’un stratageme, & au lieu qu’il a enduré grand dommage, a fait courir le bruit qu’il avoit le dessus, & que les Hollandois estoient entierement defaits, pour par ainsi discourager ceux qui pourroient favoriser lesdits Hollandois, & leur prester la main”, ANÔNIMO, *La défaite navale*, p. 8.

vitoriosos eram os holandeses e toda a história em contrário não passava de “finura” que, de tão ridícula, estaria abaixo de merecer réplica⁴⁵.

Se o cálculo não erra e a relação galo-flamenga veio mesmo a lume em fins de 1625, quando a armada católica já regressara, percebe-se que, mais até do que peça de *fake news* com meros propósitos comerciais, aqui se flagra clara ação de contrainformação *post factum*. O raio de ação da desinformação era maior do que se poderia supor à primeira vista, pois mesmo o retorno de testemunhas não inibia de todo os celeiros de “fatos alternativos”. Forjam-se trama e conclusão diferentes para a Jornada dos Vassalos e divulga-se que os espanhóis é que, pilantramente, mentiam no papel sua vitória. Quem, no meio do tiroteio de versões, saberia dizer onde residia a verdade? Poucos. Os acontecimentos atlânticos tinham influência nas estratégias das guerras continentais em curso, nas decisões de para onde destinar dinheiro e enviar reforços, por exemplo. E o moral doméstico haveria de ser em boa medida orientado pela circulação desses papéis. O controle do discurso público prometia ganhos, mesmo que provisórios, de modo que a desinformação poderia engendrar vantagens concretas, particularmente no curto prazo, mas não só nele.

O livro e a desinformação

Com altos e baixos, as relações de sucessos sobre a Guerra Holandesa continuaram sendo compostas e postas em circulação ao longo de todo o conflito, até a rendição do Recife, em janeiro de 1654. A queda de Olinda (1630), o cerco nassoviano de Salvador (1638), as Batalhas dos Guararapes (1648 e 1649) e outros episódios foram anunciados por meio de panfletos, embora sem jamais alcançar a mesma intensidade do biênio 1624-1625. Passada a enxurrada dos papéis avulsos da Jornada dos Vassalos, entra em cena um novo suporte, voltado para outros públicos, apresentando uma linguagem diferente: o livro.

Não será o caso de retomar, neste breve inquérito, a densa historiografia que trata do advento do livro impresso na cultura dos séculos XV a XVII⁴⁶. Convém nos concentrarmos em um problema mais específico: também o livro moderno era canal destas desinformações consciente e estrategicamente difundidas? Quando examinamos os quartos e fólhos publicados no século XVII

⁴⁵ “Ils on trouvé un autre manteau pour couvrir la laideur de leur mensonge & tromperie”, “Une cruauté plus qu’Espagnolle”, “Mais cette finesse cousüe de fil blanc ne merite aucune response ny replique”, ANÔNIMO, *La defaite navale*, p. 8.

⁴⁶ Entre tantos estudos, recomendamos R. Chartier (coord), *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*, Lisboa: DIFEL, 1998 e Fernando J. Bouza Álvarez, *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)*, Madri: Editorial Síntesis, 1997.

sobre a Guerra Holandesa, verificamos que estes produtos tipográficos exibem, algumas vezes, um espaço de pulsante inventividade narrativa e interpretativa, na operação de transposição dos fatos em texto. As relações eram episódicas; os livros frequentemente traçavam amplos painéis históricos, inserindo os fatos no interior das questões do tempo, como a luta contra a heresia ou a preservação do império. Aquelas adotam linguagem simples e direta; estes comumente ressonam frases lapidadas, eruditas, estilo então compreendido como grave e admirável. E, mais importante para nossa análise, os livros de ordinário não apenas compilam e repetem o já dito nas relações de sucessos, mas trazem testemunhos, inovam, alguns estão repletos de relatos em primeira mão – e de manipulações as mais habilidosas. Eram, por exemplo, orações e aforismas postos na boca de seus protagonistas, às vésperas de batalhas ou à hora da morte, fictícias origens aristocráticas que lhes atribuem, sem falar do caráter providencial com que travestem as façanhas, encenando a luta do bem contra o mal. Portanto, tais obras (fossem propriamente Histórias ou “memórias” e “relações históricas”, como no Seiscentos se denominavam opúsculos de menor ambição historiográfica), introduziram na formulação da memória da guerra passagens falsificadas ou, quando menos, de veracidade discutível, explorando o peso que a época atribuía a narrativas bélicas e o prestígio do livro.

Já tivemos a chance de mencionar a presença do miraculoso, que aliás é muito maior nos livros do que nos panfletos. Faça-se aqui uma distinção crucial: nem sempre a leitura providencial dos eventos se revela esforço claro de manipular os eventos e desinformar. Já o primeiro volume publicado sobre a guerra, *Jornada dos Vassallos da coroa de Portugal*, do Jesuíta Bertolameu Guerreiro, alinhava narrativa atravessada pelo sobrenatural, comumente de modo discreto. Deus, das alturas, ilumina as decisões do rei e os oficiais da expedição, realiza portentos a certa distância, mediante a ação humana ou de fenômenos naturais, sem que Ele próprio ou Suas hostes celestes homericamente desçam em pessoa às proas das naus nem empunhem suas espadas no campo de batalha.

O próprio cerco à Bahia fora, observa Guerreiro, “um perpétuo milagre”, nos muitos flamengos e poucos católicos que morriam, querendo o céu revelar que “não era razão, que quem pela fé, e justiça pelejava, padecesse de infiéis, e rebeldes⁴⁷”. Seu miraculoso é mais interpretativo e intuitivo do que factual. O Deus de Guerreiro não é o Javé mosaico, é este Pai etéreo que guia, que bafeja bons ventos e boas ideias, que abençoa, mas não exhibe a face. Quando os lusitanos, à partida, decidem esperar os castelhanos não em Lisboa, mas em Cabo Verde, a decisão dos “senhores Governadores” foi “mais por inspiração divina, que por conselho humano”. E, acaso prevendo eventuais contestações, acrescenta

⁴⁷ Guerreiro, *Jornada dos Vassallos*, p. 51v.

o jesuíta: “ainda que a prova disto não é para este lugar, é bem verdadeiro, e certo que foi assim”⁴⁸.

A *Jornada* e seu autor jesuíta firmam no enredo da Guerra Holandesa em desenvolvimento uma interpretação que as relações de sucessos apenas sugeriam vagamente: não somente os exércitos católicos atuavam em nome do Altíssimo, mas que este aprovava a expedição e a favorecia. Às vezes Guerreiro o enuncia de modo mais concreto, porém mesmo então conservando uma linguagem sugestiva, na qual a intercessão divina atua mais como explicação do que como conteúdo fático. Nas costas da Ilha de Maio, no arquipélago de Cabo Verde, o mar agitadíssimo leva a pique o galeão Conceição. A salvação da tripulação era difícil. Homens desesperados atiravam-se ao mar e, sob tão feroz tempestade, afogavam-se. O jovem capitão Antônio de Meneses, no meio da tormenta, toma as rédeas da situação, profere uma prédica, “digna de um Affonso de Albuquerque”, pedindo paciência, e com estas palavras acalma e resgata muitos. Dos que caíram ao mar, apenas um se salvou: “um religioso Capucho” que “engenhou para salvar-se duas taboas em Cruz”, algo compreensível, porque “mal podia perder-se, quem no meio das ondas se valia da figura da salvação”⁴⁹.

Seria impróprio ver nisso esforço deliberado de desinformar e não o modo regular com que, no século XVII, clérigos autores (e não só eles) leriam eventos similares. Como já dito, ancorados em antiquíssima tradição intelectual, flagravam a mão de Deus continuamente interagindo com a vida sublunar. Todavia, já naquela década de 1620, esta abordagem transcendentalista competia com outras. Tal compreensão providencial, voltada para as pequenas coisas do cotidiano e para as grandes empreitadas políticas e militares, sem dúvida ainda respeitável, era uma entre outras possíveis. Se, em vez de consultarmos o Pe. Guerreiro, seguirmos a narrativa expedição formulada por D. Manuel de Meneses (1625-1626) ou Tamaio de Vargas (1628), veremos que estes, leigos, pouco recorrerão ao expediente sobre-humano, orbitando suas narrações predominantemente o campo da imanência⁵⁰.

Por outro lado, até o fim da centúria, novos autores reavivaram esta verve providencial em seus escritos, como Luis Felis Crus e Antonio Cadornega, ambos também leigos, escrevendo sobre a guerra em Angola, nos anos 1640 e 1680. O mesmo ocorrerá em obras históricas voltadas para o teatro bélico pernambucano, especialmente no caso do *Castrioto Lusitano*, da década de 1670⁵¹. Todavia, nenhum dos escritores seiscentistas tencionou o intervencionismo divino tão ao

⁴⁸ Guerreiro, *Jornada dos Vassalos*, pp. 26 e 26v.

⁴⁹ Guerreiro, *Jornada dos Vassalos*, pp. 26-28.

⁵⁰ Tamaio de Vargas, *Restauracion*; Academia Real de la Historia, Ms. H-27, D. Manuel de Meneses, *Recuperação da cidade do Salvador escrita por Dom Manoel de Meneses Cronista mor, E Cosmographo mor de S mag^{de}, E cappitao geral da Armada Real de Portugal naquella impresa*.

⁵¹ Clementino, *A narrativa como combate*, em especial capítulos 3 e 4.

limite quanto o já citado frei Manoel Calado. Descrevendo o período 1630-1646, com ênfase na Insurreição Pernambucana, na liderança exercida por João Fernandes Vieira e no papel seminal dele próprio, Calado, no Brasil Holandês, *O valeroso Lucideno* reintroduz a coorte celeste em seus capítulos de maneira nada comparável à do Pe. Guerreiro. Agora, face aos apuros com que transcorriam a “guerra lenta” dos anos 1630 e a rebelião da açucarocracia de 1645, o sutil cedia lugar ao manifesto e a falange de Cristo, inclusive sua mãe, desciam a suar nos trópicos para socorro dos terços católicos. No frade de São Paulo da Serra d’Ossa, o providencialismo não emerge como explicação etérea e misteriosa por detrás do que acontece; a intervenção do céu é a manchete, quase não há mistério, o milagre emerge escancarado, tátil, visível, tal como os congêneres do Velho Testamento ou das crônicas de um Gregório de Tours.

Vejamos alguns. Enquanto se maquinava a Insurreição de 13 de junho, parecendo haver receio nos chefes, Santo Antônio de Pádua visita Fernandes Vieira em sonho. Está zangado com as delongas dos conjurados; repreende-o “de descuidado, & pouco zeloso do serviço de Deus”. Ameaça: que o Lucideno agisse depressa contra a tirania flamenga, pois “senão se desse pressa a caminhar, Deos lhe tomaria a ele conta das afliçoens” a pesar sobre o povo. Vieira desperta “aflicto, & perturbado com este sonho, ou para melhor dizer inspiração divina”. De imediato, como um Hamlet da Várzea do Capibaribe, hesita se lhe sobrevinha “illusão do demonio” ou “obra do Ceo”. Resolve apostar no santo português, o que lhe caiu bem. Nos próximos dois meses veria Deus trucidar seu principal opositor na elite local, o senhor de engenho Antônio Cavalcanti, com “huma sangue pleuris”. Testemunharia as pessoas da Virgem e de Santo Antão se precipitarem, na Batalha do Monte das Tabocas, no meio de suas tropas, multiplicarem a pólvora dos mosquetes, que acabava no calor do combate, e cegarem os pelotões da WIC com seus halos de luz, garantindo a vitória de seus protegidos. Em 17 de agosto, na Batalha do Engenho de Casa Forte, uma estátua de Nossa Senhora do Socorro, a quem os holandeses haviam “despojado de seus vestidos, & [lhe] quebrados [sic] os braços”, é trazida à vista de todos por um morador, chamado Frazão, “suando muitas gotas de agua”, as quais os soldados recolheram em lenços “como sanctas reliquias”. O portento entusiasmou os assaltantes e intimidou as tropas cercadas do comandante neerlandês Hendrik Hus, que depressa ergueu bandeiras brancas e se rendeu⁵².

Estes episódios, ao lado daquele dos cadáveres que exalavam perfume, atrás aludido – apenas alguns pinçados entre vários no volume – bastam a ver como o maravilhoso tem, em Calado, traços diferentes do que se vira em

⁵² Calado, *Lucideno*, pp. 218-223. A ordem franciscana receberia, no século XVII, subvenção anual da Câmara de Olinda, grata “pela proteção sobrenatural que Santo Antônio dispensara à restauração pernambucana”. Evaldo Cabral de Mello, *A Fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 79.

Guerreiro. Ao contrário do jesuíta, o frade paulino exhibe ao seu leitor “milagres fálicos”, atestáveis, alegadamente testemunhados por muitos. E, para estes casos, parece-nos razoável ao menos desconfiar, como hipótese, que o autor e seu patrono, Fernandes Vieira, explorassem conscientemente, até mesmo em cores excessivas, que iam caindo em desuso, a ainda viva crença seiscentista na intercessão divina, planejando desse modo provocar mais retumbante impacto sobre o público. É possível que Calado atuasse como um dos “fabricantes de milagres” de que fala André Vauchez, convertendo a Guerra Holandesa em embate de envergadura cósmica e João Vieira em eleito, ao lado de seu homônimo D. João IV de Bragança (cuja ascensão Calado também descreve em tons proféticos), para ambos restituírem a grandeza portuguesa. Trama, nota-se, grávida de tópicos exploráveis assim no Brasil como na Europa. Ao longo do livro, Calado sugere existir uma linha contínua de instaurações e restaurações providenciais de Portugal, o céu na regência de cada uma delas: começando pela primordial vitória de Ourique (1139), passando pelo 1º de dezembro de 1640 e culminando na recuperação dos domínios lusitanos na América, possível prenúncio messiânico da grandeza imperial por renascer⁵³.

A tática, ao cabo, terminaria triunfante: historiadores seiscentistas que se informaram em Calado, como Diogo Lopes Santiago, frei Raphael de Jesus e frei Santa Teresa, também se desinformariam nele. Não obstante excluíam alguns dos casos misteriosos e outras manipulações registradas no *Lucideno*, admitem várias, preservando amiúde o componente místico com que a Guerra vinha sendo contada e o retrato desenhado de seus heróis.

Às vezes, se entrevê a operação como receberam e alteraram tais notícias: se em Calado Antônio Cavalcanti é vitimado pela cólera do Altíssimo, porque traiçoaava Vieira, Santiago, escrevendo em meados da década de 1650, atenua a passagem, fazendo-o morrer por doença natural⁵⁴. No meio da guerrilha, quando o *Lucideno* era rascunhado, poderia ser urgente desmoralizar adversários políticos, o que, no *post bellum*, quando urgia reunificar a capitania devastada, a atitude seria inconveniente e, mais avisado, retirar Deus da equação. Ademais, cautelosamente, Santiago e frei Jesus apenas repetirão prodígios fixados por Calado – o qual, lembremos, apenas relata até 1646, quando encerra o livro e vai a Lisboa publicá-lo – sem reportar outros para o período em que não dispõem daquela fonte. Dessa forma, nas Histórias escritas após o cessar-fogo, toda intercessão divina direta, antes tão incisiva, termina em 1646, travando-se as Batalhas dos Guararapes e a rendição do Recife sob céus abruptamente emudecidos. Não obstante, a recepção do *Lucideno* por esses autores tardios (alguns dos quais escreveram a serviço de Fernandes Vieira) e a revivescência

⁵³ Calado, *Lucideno*, pp. 83-94 e *passim*.

⁵⁴ Diogo Lopes Santiago, *História da Guerra de Pernambuco*, Recife: CEPE, 2004, pp. 305-306.

dos *dei ex machina* caladianos em seus fólhos respeitáveis garantem que a maravilha se consagre como espinha dorsal do enredo da Guerra que o Seiscentos legaria.

É sabido que Calado e Fernandes Vieira eram useiros e vezeiros em falsificações. Em outros planos que não só o do miraculoso, introduziram *fake news* no *Lucideno*. Calado, por exemplo, retrata-se como confessor de Calabar, horas antes de sua execução por Matias de Albuquerque, e também como quem escondeu o corpo do general Rojas e Borja, para não ser capturado pelos flamengos, atos que o partícipe dos eventos, o donatário Duarte de Albuquerque Coelho, jamais confirma em suas *Memorias diarias* do conflito. Frei Jaboatão, no século XVIII, e Varnhagen, no XIX, censurariam Calado por suas patranhas e por dar crédito ao falatório que corria nos acampamentos. Outro caso de fraude sua está comprovadamente desmascarado: anexou-se ao *Lucideno* um breve papal que, contraordenando determinação do bispo da Bahia para que o clero deixasse o Brasil Holandês, autorizava o frade a permanecer no Recife. Seu desafeto, Gaspar Dias Ferreira (massacrado na obra como vigarista e traidor), anos depois processaria o autor na Inquisição Romana, acusando-o de ter forjado o decreto. Quando os inquisidores compulsaram seus arquivos, atestaram que o papa, de fato, jamais se pronunciara sobre a questão – e o *Lucideno*, como castigo pela falcatrua, foi incluído no *Index Librorum Prohibitorum* em 1655, “até ser corrigido”. Nunca foi⁵⁵.

Tampouco era Vieira a rigor comprometido com a verdade doesse a quem doesse. Nas obras em que figura como protagonista, faz enobrecerem-se exageradamente seus costados na Ilha da Madeira, enquanto as provas hoje disponíveis sugerem que provinha de berço humilde. Jamais admite menção a sua origem racial miscigenada, fazendo supor aos leitores, pela omissão, que era um herói branco, embora antagonistas da história, como o referido Calabar, tivessem rapidamente seus traços “cafuzos” sublinhados. Os próprios livros que edulcoram sua vida e comando, possivelmente, respondiam aos numerosos inimigos que Vieira criara em Pernambuco, alguns dos quais vinham escrevendo cartas ao Conselho Ultramarino, denunciando-lhe extorsões e malversações, acusando-o de fazer confiscos e a continuar enriquecendo, na guerra, como antes o fizera no tempo dos flamengos⁵⁶. Ulteriormente, tais denúncias acarretariam em sua exoneração do comando geral da Insurreição, embora conservasse o posto

⁵⁵ Duarte de Albuquerque Coelho, *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX*, Madri: Diego Diaz de la Carrera, impressor do Reino, 1654. Kleber Clementino, “Heródoto de mentirinha: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e seu diálogo com as obras dos sécs XVII, XVIII e XIX”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 36, n. 2, 2018, pp. 128-152.

⁵⁶ J. A. Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 23, 229, 243-244.

de mestre de campo, a partir de 1648 subordinado a Francisco Barreto de Menezes, general enviado de Lisboa.

Não admira as obras sob seu patrocínio o desenharem em comunicação direta com o céu, líder local festejado por quase todos, comandante audaz e insuperável, generoso, disposto a despesas e sacrifícios. Ademais, filosófico, carregando nos ombros a grande responsabilidade de decidir se convinha arriscar a vida de tantos em nome da liberdade, e grande orador, proferindo discursos de véspera de batalha que, mesmo classicizantes e prolixos, agitavam o sangue da soldadesca para a luta.

Este último vem a ser um curioso caso de manipulação consentida, na qual se estabelece cumplicidade entre autores e leitores. Os primeiros inventam orações, que põem na língua de seus personagens, com fins estéticos, para “ornar o verdadeiro com algum acréscimo”; os últimos, com uma piscadela de olhos, fingiam que acreditavam e se deixaram emocionar na música das palavras. Ginzburg mostra como os círculos eruditos italianos do século XVI debatiam tal licença retórica: “discursos ficcionais de chefes de exércitos ou a respeito de conspirações são aceitáveis como ornamentos”, argumentava um dos personagens do *Dialogo della Istoria*, de Sperone Speroni (1500-1588), porém com a condição de serem diretamente proferidos pelos protagonistas, sem paráfrase⁵⁷. Essa seria a senha para o leitor compreender que a ilusão, por alguns parágrafos, tomaria a cena. Todavia, no avançar do século XVII, esta forma de conceber o texto histórico se veria crescentemente denunciada. A historiografia, como um todo, será acusada de charlatanismo, comenta Hazard. E parte do ataque decorre dos “longos e tediosos discursos, atribuindo as mais refinadas frases aos homens mais grosseiros”, para não falar dos que empilham lisonjas, “imaginam genealogias, ou até fabricam mentiras⁵⁸”.

Justamente o solo de onde vicejam as narrativas vieirianas. Se seus autores tomaram conhecimento dessas críticas, ignoraram-nas. No caso dos seus discursos diretos, Calado os introduz nos anos 1640, Santiago os aumenta nos 1650 e frei Jesus os agiganta, nos 1670, desafiando a paciência e credulidade do público. A artimanha é repetida à larga, e não só para elogio dos dotes oratórios de Vieira. Em 1636, nos minutos que antecederam a Batalha de Mata Redonda, Calado registrara uma breve exortação do comandante Rojas y Borja: “não se gaste mais murraõ, vamos a elles, envistamos, que a vitória he nossa⁵⁹”. Frei Jesus transforma esta meia dúzia de palavras numa enorme dissertação, em que o

⁵⁷ Carlo Ginzburg, *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 30-32.

⁵⁸ Hazard, *A crise*, pp. 50-51.

⁵⁹ Calado, *Lucideno*, pp. 32-33.

espanhol alude a Alexandre e ao “no Gordiano”, ao estilo sofisticado de argumentar, em meio a requintados períodos e aforismas⁶⁰.

Os oficiais, em geral, exibem impressionantes dotes verbais: Luís Barbalho, Antônio Dias Cardoso e outros pronunciam exortações, nem sempre curtas. Mas nenhum se mostrará mais melífluo do que Fernandes Vieira, a palestrar não só nos campos de batalha, mas nas matas, nos engenhos, nos almoços dos conjurados, sempre com tamanha verve que deixava perplexa a audiência. Ao falar aos conspiradores hesitantes, às vésperas da Insurreição, comove-os para o engajamento. No topo do Monte das Tabocas, os batalhões batavos já à vista inflamaram “novo zelo, e alvoroço, no ânimo do Governador”. Manda formar o exército e “se pôs no coração dele, com tão alegre rosto, que parecia comunicava a toda circunferência a viveza dos espíritos, de que se alimentava seu ânimo”. Nisso engata seu enérgico discurso:

Chegou (senhores naturais, companheiros, e amigos) para todos a melhor hora; pois é certo, que melhor hora é a da satisfação, que a de tomar cada qual de nós inteira satisfação da tanta injúria, quanta não poderá especificar nossa memória. Até agora viam nossos olhos dispersos aos agressores de nossos danos, com a impossibilidade de não poder o golpe castigar a um, sem ficar sujeito à espada de todos. Hoje os traz aqui juntos sua culpa, e nossa dita, oferecendo-nos a glória de ser cada um de nós o restaurador de sua honra, e o redentor de seu cativo. Para tão briosos ânimos, escusadas são exortações...

E, não obstante escusadas, as exortações se prolongam por mais duas páginas, só sendo interrompidas quando “lhe cortou o fio, o estrondoso rumor de uma carga de mosquetaria dada” pelos holandeses⁶¹, sem dúvida já cansados do palavrório.

A falsificação triunfante

Encontramos nas fontes casos que, fazendo-nos muito embora torcer os narizes com incredulidade, permanecem na dimensão da suspeita. Nem sempre é possível determinar se uma passagem discutível resulta da imaginação do autor ou da admissão acrítica de algum depoimento. Na batalha naval ocorrida nas proximidades do arquipélago de Abrolhos, em 1631, enfrentaram-se as armadas

⁶⁰ Raphael de Jesus, *Catrioto Lusitano: parte I. Empresa, e restauração de Pernambuco; & das capitânicas Confinantes. Varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas, acontecidos pello discurso de vinte e quatro anos, e tirados de notícias, relações, e memorias certas*, Lisboa: Na impressão de Antônio Craesbeeck de Mello Impressor de sua Alteza, 1679, p. 127.

⁶¹ Jesus, *Catrioto Lusitano*, pp. 293-296.

do almirante D. Antônio de Oquendo e, do lado holandês, do almirante Adrian Pater. A refrega termina empatada, com bom número de mortos e navios perdidos de um e outro lado, porém com a morte do comandante flamengo. Uma relação de sucessos castelhana do mesmo ano de 1631 apenas comunica o naufrágio, sem lances espetaculares. Pater, escreve o anônimo panfletista, “lançou-se ao mar, onde morreu afogado e desesperado, como sua gente o diz, fugindo do fogo”⁶².

Duarte de Albuquerque Coelho, compondo nos primeiros anos 1640, reconta a refrega, que aliás testemunhara, pois chegava ao Brasil naquela esquadra. Relata que Oquendo ordenou um canhão sobre a capitânia batava, para assegurar que se incendiasse. Pater teria perecido nesse incêndio, não fugindo desesperado do fogo como informara a *Relacion de la iornada*, mas voluntariamente, “sem que se quisesse salvar, podendo fazê-lo, porque as caravelas salvaram muitos dos seus”. Coelho anota, em seguida, que sua embarcação fora a primeira a alcançar a de Pater, dando maior peso a seu depoimento⁶³. Em quem acreditar? Na imagem do almirante enlouquecido, reduzido ao medo e à fraqueza, correndo das chamas para perecer no mar? Ou na do nobre oficial que, derrotado, submerge com sua capitânia?

Por sorte, contamos com um terceiro relato da cena: dele, Manoel Calado. Por sorte? Não sabemos de onde o retirou, pois, embora vivesse em Porto Calvo, não presenciou a batalha naval, nem indica sua fonte. Calado alinha-se a Coelho, adotando a versão do sacrifício de Pater. Talvez esta fosse a história que se contava no Brasil, para onde vieram, naquela mesma esquadra, Coelho, o general conde de Bagnuolo e outros que guerrearão na terra até a retirada de 1637. O *Lucideno*, porém, ultrapassa seus predecessores na verve trágica. Põe em cena um Pater a um tempo digno e patético: no centro de sua embarcação em chamas, não aceitando ser capturado, “se envolveu no Estandarte de Holanda” e, enquanto o oceano Atlântico o tragava, grita em espanhol este derradeiro elogio ao inimigo: “muy gran soldado es Don Antonio de Oquendo!”⁶⁴. Não é milagre, nem genealogia fantasiosa, mas como acreditar nesse brado inverossímil, reportado por mais ninguém? O *topos* do elogio aos hispânicos, posto nos lábios dos neerlandeses, é recorrente nos escritos seiscentistas, já que seria o reconhecimento máximo do valor dos súditos de Filipe IV e D. João IV. Relações de sucessos que narram a tomada final do Recife atribuem aos holandeses

⁶² “Y viendo esto el General Pater se echo a la mar, donde murio ahogado [y] desesperado, como su gente lo dize, huyendo del fuego”, ANÔNIMO, *Relacion de la iornada que la Armada de su Magestad à hecho al focorro del Brafil, y batalla que entre ella, y la de los Eftados de Olãda fe dieron en doze de Septiembre delte año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos. Es traslado de la que fe embiò a fu Mageftad, Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença do Alcaide-mor D. Alonso Bolaño, 1631, f. 3.*

⁶³ Coelho, *Memorias diárias*, pp. 57-58v.

⁶⁴ Calado, *Lucideno*, pp. 46-48.

palavras de admiração pelo brio português. No assédio ao Forte do Rego, em 15 de janeiro de 1654,

Os nossos soldados saíram dos alojamentos, em que estavam nas cavas, e sem reparar no espesso chuva de balas de artilharia, e mosquetaria, que sobre eles descarregava, com um valor sem igual investiram com as espadas (...), e os fizeram largar as munições, e recolher-se com a água pelo pescoço a suas lanchas. (...) Ação que admirou aos Holandeses: porque depois de rendidos confessaram, que se tinham achado em outras guerras, & em nenhuma viram tal resolução, e valor de soldados, como estes de Pernambuco⁶⁵.

Calado, então, apoiar-se-ia em um *leitmotiv* literário, admissível enquanto licença retórica, para elevar a cena a alturas dramáticas. Ou, ao contrário, Pater foi mesmo este homem singular que, à beira da morte, teve como última ideia apregoar o valor do rival. Provas? Não temos. Improvável? Muito. Mentiroso? Decida o leitor.

A presente investigação procurou examinar a presença e o papel e algumas expressões da desinformação nos escritos seiscentistas acerca do Brasil Holandês. Às vezes, as provas disponíveis foram suficientes para caracterizar cabalmente distorções conscientemente engenhadas por autores e patronos; outras vezes, coube-nos a prudência de nos conservarmos no terreno da hipótese, mobilizando provas circunstanciais, indiciárias de possíveis manipulações da informação levada ao público moderno. Convém adotar esta exploração precavida e tateante, por se tratar de tema e problematização novos, a pedir futuros refinamentos conceituais e analíticos, para melhor estabelecer o que, no século XVII, eram as práticas desinformativas e os mecanismos de verificação.

Desinformar convinha e ocasionalmente recompensava, fosse política ou editorialmente. Para além desses casos em que se contavam mentirinhas para apimentar a trama, movendo os cordéis apropriados, uma invenção bem mascarada poderia passar facilmente por informação, ao menos em consideráveis segmentos do público leitor, quer se tratasse de intromissões do além, feitos magníficos ou sonoras proclamações. Falsificações capazes de angariar visibilidade, prestígio e mercês, em seu tempo, e também formular uma memória auspiciosa dos eventos para a família ou a facção no controle da voz historiante. Se “a verdade é a primeira baixa da guerra”, como denuncia o velho adágio, isto vem de que essas *fake news* – ou, como atrás propúnhamos, a

⁶⁵ ANÔNIMO, *Relacam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitãias de Itamaracã, Paraíba, Rio Grande, Ciarã & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil, & Governador de Pernambuco*, Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1654. Não paginado.

instauração de um novo regime de verdade servil à política, alicerçada não mais em evidências, mas na concordância com premissas ideológicas, alinhamentos faccionais, patrióticos e religiosos – resolviam mais eficazmente dilemas urgentes, não solucionáveis pela apresentação crua da verdade.

Para alegria dos interessados na manipulação dos eventos, a malha censória do Antigo Regime abordava em suas revisões outras questões, como a observância aos ditames da Igreja e o devido respeito às autoridades, não o exame dos fatos, de modo que os malabarismos do frade e de seus congêneres recebem aprovações calorosas de vários examinadores. O *Lucideno* ostenta, ao todo, oito aprovações: do procurador e do vigário geral de sua ordem, de teólogos, do bispo, de uma comissão de inquisidores e, cereja do bolo, do cronista-mor do reino, o frade cisterciense Francisco Brandão, autor da quinta e da sexta partes da *Monarchia Lusitana*, um dos maiores monumentos historiográficos do Portugal moderno. Todos declaram o frade “muito reverendo”, “de muitas letras” e não veem no tomo nada desabonador, antes matéria capaz de estimular os portugueses a lutar com mais vigor e dar cabo de seus inimigos. Um deles, frei Duarte da Conceição, provincial franciscano, depois de garantir que Calado “conta, e escreve com toda certeza, e verdade”, arremata:

No discurso do livro verá o leitor como os ânimos, e brios Portugueses ainda hoje são os mesmos que eram antigamente em tempo de seus Reis naturais, e como Deus os ajuda e favorece em todas as ocasiões, obrando milagres, e maravilhas em seu abono, e defesa; e também em como não há que fiar em hereges Luteranos, Calvinistas, e Judeus, nem em suas promessas, porque não têm Fé, nem Lei, nem Deus⁶⁶.

Uma palavra a favor do calvinismo ou do judaísmo e o *Lucideno* estaria em apuros. Contudo nenhum dos seus suspeitíssimos prodígios, lances e discursos, nem mesmo a bula papal fraudada, provocaram inquietudes ou reticências nesse *peer review* seiscentista. Terão acreditado na música caladiana, naqueles anjos que conduziam almas para o céu, em santos que apareciam em sonhos, desciam à Terra para combater, no Deus veterotestamentário que, irado, aniquilava os desafetos de seus eleitos? Ou apenas consentiram em aprovar a obra – que seria publicada em luxuoso fólio pelo impressor régio Pedro Craesbeeck, com dedicatória em versos ao príncipe D. Teodósio e provável beneplácito régio – avaliando as premências da guerra e fazendo vista grossa aos exageros?

⁶⁶ Calado, *Lucideno*, “Aprovaçam do muito reverendo padre Mestre Fr. Duarte da Conceição”, fólhos iniciais de aprovações, não paginadas.

O certo é que, sem seus portentos, manipulações genealógicas e operações de heroicização, o *Lucideno* jamais teria alçado Vieira aos patamares históricos a que o fez ascender, no tempo e na posteridade. Talvez, sem ele, Lisboa tivesse demorado mais a se engajar abertamente na Insurreição Pernambucana, como fará a partir de 1647-1648. Os que controlam a informação eventualmente a corrompem por disporem de poder para tanto e o fazem mais confortavelmente quando silenciam vozes dissonantes. O monólogo é a melhor morada da desinformação. Haveria, acaso, espaço na esfera pública lisboeta, em 1648, para negar licenças a um livro desejado pela coroa recém-instaurada (travando duas guerras simultâneas)? Livro, ao que tudo indica, financiado pelo grosso dinheiro do açúcar brasileiro? Negá-las, ademais, por enlevar-se o autor no manuseio das palavras, quando da reconstrução retórica dos episódios, em favor da maior potência persuasiva do discurso? Cremos que não.

Os que elegeram os panfletos e os livros como veículos para suas versões tenderam a ser mais bem recompensados, ainda que só no longo prazo. Os desafetos de Vieira ou, no lado espanhol, de Matias de Albuquerque restringiram-se às queixas administrativas, de circulação restrita, sem explorar os crescentes potenciais do panfleto e do livro seiscentista. Obtiveram alguns resultados, é certo – Vieira seria exonerado do comando militar, assim como Albuquerque, que esteve quatro anos preso – mas perderiam a querela representacional. É seguro dizer que a proliferação do panfleto e o livro impresso na cultura escrita moderna amplificaram o raio de ação da informação e da desinformação. Ignorar tais suportes poderia se revelar um erro de estratégia, por parte dos que disputavam influência, recursos e mando nas dinâmicas sociais do Império Português, na Europa ou em alguns espaços ultramarinos.

As vozes historiantes da Guerra Holandesa, de certa forma, exploraram as décadas finais do período em que predominou o tradicional paradigma da escrita da história de base retórica. Paradigma logo submetido a pesada saraivada de críticas por eruditos que, sobretudo a partir da Itália e da França, reforçariam o valor da prova documental como alicerce incontornável para se fundar a verdade histórica – em contraste com a velha *enargeia*, a demonstração estritamente retórica, provando fatos históricos apenas através de sua capacidade de persuadir e repor diante dos olhos o acontecido⁶⁷.

Tais críticas renovaram a produção de obras históricas, em resposta ao ceticismo epistemológico que então ganhava terreno. Possivelmente, se a Guerra Holandesa se tivesse travado em fins do século XVII ou começos do XVIII, a escrita de sua história teria seguido caminhos bastante distintos. No entanto, é evidente, aquelas críticas e a renovação epistemológica que propunham jamais expurgaram de todo o espaço da desinformação, sempre tão versátil e tenaz em

⁶⁷ Ginzburg, *O fio e os rastros*. Hazard, *A crise*.

sua capacidade de adaptar-se, sempre tão propícia aos que, de um lado, brigam por governar e aos que, do outro, apaixonam-se pelos que governam.

Artigo recebido em 19-12-2023. Aceito para publicação em 17-01-2024.

Citação: Clementino, Kleber, "A desinformação nos escritos sobre o Brasil Holandês no século XVII", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 41, n. 2 (2023), pp. 172-207, <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2023.41.2.07>.

Kleber Clementino, Professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e-mail: kleber.clementino@ufrpe.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7972-0008>.